



# INTEGRAÇÃO DE AÇÕES EM RELATO

Consuelo Maria SUCHAROV  
Universidade Federal Fluminense

## RESUMO

*Este trabalho propõe estabelecer pontes entre as unidades semióticas de análise e unidades oracionais da lingüística frástica, de modo a apreender a integração de ações em relato em ordem icônica, como em uma marcha, para representá-la em gráficos, em cuja arquitetura se possa flagrar o sujeito numa dimensão semiótica da existência.*

## ABSTRACT

*This essay suggests the possibility of certain correlations between semiotic units of analysis and clausal constituents of sentences, which could help to understand the progression of events in a narrative as an iconic order. Through its graphic architecture it is then possible to perceive the subject in the semiotic dimension of the existence.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Semântica, encaixamento, sucessividade, sujeito, tensividade.*

## KEY-WORDS

*Semantics, integration, sequence, subject, tensiveness.*

## Introdução

Os estudos sobre a integração de ações em relatos têm dado lugar a tratamentos diversos pelas diferentes ciências da linguagem. De Ferdinand de Saussure à Lingüística do Discurso, alguns pontos de análise sofreram profundas e enriquecedoras modificações. Dentre elas, está o fato de se conceber a língua como atividade, ou seja,

como ação comunicativa em situação concreta, que se realiza pela linguagem, através de cuja sintaxe se faz possível estudar o enlace direto ou indireto da significação.

Em virtude de a distinção saussuriana entre *langue* e *parole* ter separado o social do individual e o essencial do acessório, o conceito básico dessa lingüística recaiu na questão de valor, já que, na língua, haveria diferenças e relações. Por considerar a *parole* como individual, logo sujeita ao acontecimento, Saussure tratou exclusivamente do Sistema Lingüístico como um produto que o falante registraria passivamente, atribuindo à Língua, por conseguinte, *status* de objeto autônomo.

Chomsky, por sua vez, colocou em jogo a interação entre *competência* e *performance*, considerando esta última como o uso concreto da linguagem em situações concretas de fala. Esse jogo se fez realizar, no entanto, através de abstrações de variáveis, cujo objeto, envolvendo falante ou ouvinte ideais, situados em uma mesma comunidade lingüística, também apresentava o foco direcionado, por conseguinte, para enunciados ideais.

A teoria semiótica francesa, no viés greimasiano, que se define como uma teoria da significação que visa a explicitar, sob forma de construção conceptual, as condições de produção e apreensão do sentido, vai atribuir ao sujeito dois modos de existência na fala saussuriana: o do sujeito que sofre a ação e o do sujeito que age no mundo em busca de valores investidos no objeto, compreendendo, assim, o sujeito no discurso, ou melhor, na vida encenada como discurso.

## 1. A totalidade e as partes

Nas definições de Eric Landowski, retomadas por Fiorin (1996, p.31), verifica-se o seguinte jogo de silogismo que fundamenta o estudo da enunciação, como objeto da lingüística:

enunciação - ato pelo qual o sujeito **faz ser** o sentido;  
 enunciado - objeto cujo sentido **faz ser** o sujeito.

Donde se fez possível deduzir que ambos – enunciado e enunciação – **são um fazer ser**, logo possíveis de serem tomados como *performance* (cf. GREIMAS e COURTÉS, s.d., p.329). Estabelece-se, ainda, segundo Greimas, “uma relação de implicação biunívoca entre enunciado e enunciação”, o que permite perceber esta última nos traços e marcas que o enunciado comporta, tomando-a, então, como uma instância lingüística, “uma verdadeira práxis, lugar de vai-e-vem entre estruturas convocáveis e estruturas integráveis, instância que concilia dialeticamente a *geração* – pela convocação dos universos semióticos – e a *gênese* – pela integração dos produtos da história” (cf. GREIMAS e FONTANILLE, 1993, p.13).

Assim, tendo em mente as fronteiras que separam essas abordagens lingüísticas, este estudo propõe recuperar a sucessividade dos eventos disseminada no plano de manifestação, já que é submetida aos “mecanismos de argumentação os quais definem a relação enunciador/enunciatório” (TEIXEIRA, p.46), para redimensioná-la de modo a representar a marcha dos acontecimentos em gráficos, cuja arquitetura se desenha a partir dos três momentos fundantes da estrutura temporal do discurso: o momento da enunciação, o ME, o momento de referência, o MR, e o momento do acontecimento, o MA.

Tendo em mente, ainda, o fato de a semiótica ter como o objetivo explicitar as condições de produção e apreensão do sentido, vai-se buscar flagrar o sujeito na dimensão semiótica da existência, operação que consiste em flagrar o sujeito como aquele que sofre a ação e age em busca de valores investidos no objeto, logo um sujeito percebido num duplo processo de transformação de estado. A narrativa caracteriza-se, assim, na vertente greimasiana, como um processo que se define pela transformabilidade. Segundo Flores,

“el problema reside en asignar un lugar dentro de la semiótica

al análisis de ese tipo de unidades medianas en el cual sea posible examinar el proceso de *composición* de estas unidades de manera que se integren en totalidades, como un complemento al proceso de descomposición de las totalidades en partes.” (FLORES, 1999, p.59-60)<sup>1</sup>

Essas unidades – segmentos que a lingüística frástica convencionou chamar de cláusulas, ou, mais tradicionalmente, orações – Flores denomina unidades medianas e este estudo convencionou chamar de unidades menores de sentido, tratadas, de agora em diante, pela sigla UMS. O reconhecimento dessas unidades, neste trabalho, vai se basear, prioritariamente, no **valor semântico**, uma vez que revestem a estrutura invariante do discurso com formas que atendem às diversas demandas que envolvem um relato, tais como: narrar, organizar, avaliar, comentar, comunicar ou impor pontos de vista. Todas essas funções, delegadas ao narrador/narratário pela enunciação, passam ao nível da existência, ou seja, da manifestação, quando se convertem em enunciação enunciada no ato de debreagem, que se define como:

“a instância de mediação, que assegura a colocação em enunciado-discurso das virtualidades da língua (...) concebida como um componente autônomo da teoria da linguagem, como uma instância que possibilita a passagem entre a competência e a performance (lingüísticas); entre as estruturas semióticas virtuais, de cuja atualização ela deve encarregar-se, e as estruturas realizadas sob forma de discurso.” (GREIMAS e COURTÉS, s.d, p.146)

O problema, como aponta Flores, está justamente em estabelecer um lugar dentro da semiótica para esse tipo de análise, ou seja, para a análise da totalidade por meio de suas partes, de forma a reintegrá-las à totalidade. Ainda segundo Flores, a fórmula mais esquemática para se representar a cadeia de acontecimentos seria:

(A-1) A (A+1)  
 —————>

Para operacionalizar essa fórmula, realizou-se, primeiramente, a desmontagem e remontagem dos enunciados dissipados no texto discurso, tendo como referências primordiais tanto os estudos da lingüística frásica – no que concerne ao grau de encaixamento de orações – assim como os fundamentos da semiótica greimasiana – no que concerne às categorias que compõem a enunciação – tais como actorialização, temporalização e espacialização, e funções do narrador.

Para se estabelecer a sucessividade dos eventos, tomou-se como referência a fórmula de Flores, uma vez que reitera os aspectos movimento, direção e encaixamento entre as UMS. É preciso ratificar, portanto, que, além das pressões comunicativas, ou seja, do caráter retórico do discurso, visa-se a operacionalizar essa fórmula para se investigar a outra ponta das investigações lingüísticas: a geração e a gênese da significação, como quer a vertente greimasiana. Portanto, em se apelando para o processo metonímico, diríamos que a fórmula tanto permite operacionalizar as partes, como o todo, uma vez que ambos ganham existência à medida que se movimentam. E como sustenta Greimas, o **agir** corresponde à passagem da **potencialidade à existência**.

Para operacionalizar, então, essa fórmula, em se observando a associação entre as duas vertentes teóricas, escolheu-se analisar uma narrativa de experiência pessoal, de pequena extensão, na modalidade oral:<sup>2</sup>

Corpus Discurso & Gramática – Juiz de Fora

Informante do terceiro grau: Alcione

PARTE ORAL – Narrativa de experiência pessoal

: quando você me perguntou isso me veio na cabeça a história.., eh:: da morte do meu namorado... há:: quatro anos atrás... em que a gente estava..., no clube..., era um domingo à tarde... estava um sol

lindo..., era um dia lindo... estava assim... né?

parecia que estava tudo bem... parecia que ia ser tudo ótimo pra mim naquele dia... e de repente ele estava jogando futebol..., e quando eu... eu me virei pra conversar com (amiga) quando eu voltei a olhar ele estava caído no chão... eu pensei que ele tivesse tido uma:... eh:: convulsão por causa do calor..., achei que podia ser uma insolação..., depois eu fui ver que ele tinha tido uma parada cardíaca... que as pessoas estavam tentando... eh:: reavivá-lo... né? mas... ele já estava realmente assim eh : quase morto... ele chegou a ir pro hospital. mas teve várias paradas cardíacas no hospital apesar de ter levado alguns choques e o coração dele ter voltado a bater. e no quinto choque ele realmente não agüentou e morreu... isso pra mim foi uma experiência muito marcante porque:: eu acho que a minha vida., hoje... eh::... se limita a... a até a morte dele e depois da morte dele... porque foi me... modificou muito... eu sinto que... a minha personalidade., eh... minha cabeça... teve! sofreu transformações muito grandes... a partir desse acontecimento... e isso foi...importante (pra mim) apesar de ter sido triste..., foi muito importante pra mim...

São dois os principais procedimentos de análise:

- desconstrução do texto objeto em subclasses de enunciados para reorganizá-las em um gráfico, sob forma de simulacro metodológico, tomando-se por base, respectivamente, uma análise mais refinada da integração entre cláusulas segundo os princípios da lingüística frástica, e aqueles das estruturas de manifestação, no que concerne às UMS que produzem e organizam a sucessividade dos eventos.

- reinterpretação do percurso gerativo de sentido: etapa metodológica em que se toma como enfoque a sintaxe narrativa, no que diz respeito a um programa representado por operações sintáticas orientadas e ordenadas em séries. Da correlação entre os dois níveis de análise, apreender “as estruturas profundas, que definem a maneira de ser fundamental de um indivíduo ou de uma sociedade e que de-

terminam as condições de existência dos objetos semióticos” (GREIMAS, 1975, p.126). Esse estudo pretende, assim, ser uma ferramenta a mais para se pesquisar a geração e a gênese do sentido.

Em se observando esses procedimentos gerais, trata-se de se especificarem os conceitos que fundamentam a metodologia de trabalho em relação à desmontagem do texto objeto em UMS e à remontagem desses enunciados nos gráficos.

## 2. A lingüística frástica

A lingüística frástica vem buscando subsídios para a postulação de outras possíveis diferenças entre as tradicionais classificações entre as orações. Pode-se dizer, mesmo, que os teóricos funcionalistas vêm dando importante tratamento aos mecanismos de ligação entre *cláusulas*.<sup>3</sup> Esses estudos fundamentaram diversos parâmetros diferenciais, como o grau de encaixamento entre as cláusulas subordinadas.

Halliday considera cláusula o que, em português, convencionalmente se chama oração; designa *cláusula complexa* a unidade gramatical que compreende uma oração núcleo ao lado de outras orações que a modificam. A cláusula complexa representa, portanto, para essa vertente teórica, uma unidade gramatical cuja interpretação se assemelha ao processo de formação de palavras, com base no critério que leva em conta os constituintes imediatos, não deixando de interpretar, por conseguinte, a relação entre cláusulas em termos de organização lógica dos componentes do sistema lingüístico, determinando-as como relações semântico-funcionais. Aponta-se o fato de essas relações poderem ser interpretadas segundo duas dimensões sistêmicas: a *independência* ou *parataxis* e a *dependência* ou *hypotaxis* (cf. HALLIDAY, 1994, p.215).

Em se tratando de relação lógico-semântica, esse viés de análise apresenta, ainda, dois conceitos que sintetizam as inúmeras variantes que interferem nas relações entre cláusulas: o conceito de *expansão* e

conceito de *projeção*. O conceito de expansão é subdividido em três tipos: *elaboração*, *extensão* e *consecutividade*, que se fazem presentes tanto em relações *paratáticas* como *hipotáticas*. Outro aspecto de interesse para este estudo é a relação de projeção de cláusulas em que são considerados dois tipos de realização: *elocução* e *idéia*, observando-se, na primeira, o discurso direto para a parataxe e o indireto para a hipotaxe e, na segunda, além desse traço distintivo, a idéia contida na cláusula primária, em situação de parataxe e, na situação de hipotaxe, a idéia contida na cláusula dominante (cf. HALLIDAY, 1994, p.220).

Já os recentes estudos de Givon (1995) se voltam para princípios que alimentam a idéia da existência de construções sintaticamente mais complexas, estando esses princípios apoiados nos conceitos de *iconicidade* e *marcação*. O princípio da iconicidade postula a existência de motivação na estrutura gramatical das línguas com base em três sub-princípios: *quantidade*, *proximidade* e *ordenação linear*. Associados à complexidade da construção, teríamos o seguinte resultado em relação à quantidade: “quanto maior for a taxa de informação, quanto maior for a taxa de informação nova, quanto mais indisponível for a informação e quanto mais importante for a informação, mais complexa será a forma correspondente”. Nessa mesma proporção, verificar-se-ia o princípio da proximidade, ou seja, quanto mais próximas, maior o grau de integração entre as construções. Finalmente, em relação à ordenação linear, teríamos *o grau de importância*, *a previsibilidade* e *a tematização* como determinantes da antecipação da informação. Todas esses princípios foram observados quando se procedeu à remontagem das UMS, tendo em vista, no entanto, além das pressões comunicativas, a marcha dos acontecimentos.

Matthiessen & Thompson, no artigo “*The Structure of Discourse and Subordination*”, abordam o fenômeno da articulação de orações, tendo como base a proposta funcional de Halliday. Esses autores apontam para o fato de todo discurso ser coerente, ou seja, partes de um discurso se combinam para formar o todo, apresentando uma relação

retórica ou organizacional de forma hierárquica, permitindo afirmar que algumas unidades oracionais são nucleares e outras são satélites. Consideram, então, os autores, a relação *núcleo-satélite* estabelecida por um processo de ancoragem, o qual ora atualiza a informação núcleo, ora atualiza as informações periféricas na estrutura retórica de **cada discurso em particular** (cf. MATTHIESSEN & THOMPSON, 1998, p.287). Ao retomarem os parâmetros apresentados por Halliday, os autores assinalam, assim, o fato de ser a estrutura retórica do discurso o fator que determinaria a *head dependent organization*, já apontando, portanto, para a questão semântica como mais significativa do que a questão morfossintática e, ainda que não de forma explícita, para a questão da enunciação, uma vez que assinalam a necessidade de se observarem esses aspectos, tendo em vista as peculiaridades de cada discurso:

“Although the clauses are interdependent and stand in a kind of head-dependent relation to one another at some level, there is no sense in which one is part of the other” (MATHIESSEN & THOMPSON, 1998, p.283)<sup>4</sup>

Hopper & Traugott apontam para o fato de se precisar estabelecer critérios que definam, com mais acuidade, como considerar cláusulas que se relacionam por justaposição. Um dos exemplos trazidos pelos autores ilustra o caso em que, devido à entoação, é possível se flagrar o sentido condicional de uma cláusula:

“You keep smoking those cigarettes, you’re gonna start coughing again”.<sup>5</sup>

Se a relação entre essas duas orações manifesta-se sem conexão explícita, o que caracteriza a justaposição, o vínculo entre elas, no caso específico do exemplo acima, é atribuído pelos autores à entoação mais acentuada na última oração, o que permite inter-

pretar a primeira oração como uma inferência de condição para a segunda. É preciso observar, no entanto, o fato de o verbo no modo subjuntivo em inglês não apresentar marcas distintivas em relação ao indicativo, quando se trata da segunda pessoa gramatical, o que vai pressionar uma distinção outra, quando assim se quer manifestar essa relação. Em registro oral, no caso apresentado no exemplo, a entoação ascendente na última cláusula faz as vezes do conector.

O fato é que alguma marca acaba por se manifestar para que se garanta a competência comunicativa. Essas marcas são, para os usuários da língua, tão evidentes quanto os conectores, sendo mesmo, por vezes, como no caso da entoação, mais enfáticas do que a própria conjunção, por serem um recurso do domínio da retórica, logo, mais uma forma de pressão comunicativa.

Em artigo publicado pela revista *Gragoatá* (1998, p.43), o grupo de *Discurso & Gramática* assim resume as distinções entre estruturas sintaticamente complexas:

“Por estruturas sintaticamente complexas entendemos, como Hopper e Traugott (1993), construções articuladas por parataxe (cláusulas unidas sem conectivo, mas com o mesmo contorno entoacional, ou compartilhando o mesmo sujeito, e coordenadas sindéticas), por hipotaxe (adverbiais adjetivas explicativas, que apresentam grau intermediário de vinculação, por correlação (pares de cláusulas que apresentam um tipo específico de dependência, conseqüente da presença de certos termos que se “reclamam” mutuamente), por subordinação (substantivas e adjetivas restritivas, que apresentam maior grau de encaixamento) e por redução (de gerúndio, infinitivo e participio).”

O grupo apresenta, ainda, seguinte o quadro de classificação das cláusulas nessa perspectiva teórica:

<b>Parataxe</b>	<b>Hipotaxe</b>	<b>Subordinação</b>
equivalente	não-equivalente	não-equivalente
-encaixada	+encaixada	+encaixada
-dependente	-dependente	+dependente

A gramática tradicional do português identifica o processo de relações entre cláusulas a partir da dicotomia subordinação e coordenação. Para a determinação desse processo, usa, também, como critério, a relação *dependência/independência*, sendo a cláusula subordinada definida como dependente e a sua existência, desta forma, subordinada à existência de outra. Já a cláusula coordenada é tratada como independente, constituindo, portanto, um enunciado autônomo. Mattoso Câmara Jr, em seu *Dicionário de Linguística e Gramática* (1989), aponta, como sinônimo de subordinação, o termo determinante e, como sinônimo de oração principal, o termo determinado. À coordenação atribui o critério de independência, em oposição à subordinação.

Bechara (1966) atrelou o caráter dependente da subordinada à presença do conectivo e à presença de outra oração, além de ratificar o fato de essas orações não terem existência própria. Na *Moderna Gramática Portuguesa* (1999), esse autor apresenta as orações subordinadas como parte de um conjunto complexo, funcionando como *pertença*, definindo, também, esse funcionamento pelo princípio dos constituintes imediatos. Aponta, ainda, para o fato de que essas orações se realizam “na função mesma dos substantivos, adjetivos e advérbios, pelos quais poderiam ser substituídos, não passando de um termo sintático” e, por essa razão, não devendo ser tratadas como integrantes de um período composto.

Essa análise atribui, assim, alto grau de encaixamento a essas orações, considerando-as, em última instância, como um recurso linguístico de substituição, em que a convencionalmente denominada conjunção *que*, seja para as orações de transposição de substantivos ou de advérbios, se faz classificar como transpositor, ratificando, assim, o fato de não apresentar valor semântico e sintático. Mais ainda, fica

destituída da convencional “precípua missão de juntar orações” (BECHARA, 1999: p.464), função agora atribuída somente às conjunções coordenativas. A conjunção *que* passa a ser marca de transposição de uma unidade de *camada superior* para o papel de *camada inferior*. Esses estudos avançam significativamente na análise dessas unidades, permitindo que este trabalho também atribua *status* independente aos conectores, já que ora vão ser considerados como transpositores, neste caso, colocados entre parênteses, ora vão ser percebidos como recursos de que a enunciação dispõe para impor um ponto de vista sobre os acontecimentos relatados. Ressalta-se, ainda, a importância do fato de as conjunções coordenativas serem tomadas como primordiais “na missão de juntar orações”.

Às orações tradicionalmente classificadas como substantivas, marcadas pelo que se classificava como pronomes e advérbios interrogativos, na função de interrogativas indiretas, o autor atribui a função de transposição de substantivos, e às orações originariamente adjetivas, com base no critério de apagamento dos antecedentes que seriam pronomes relativos *que*, *quem*, *qual* ou dos outros pronomes e advérbios relativos, tais como *quando*, *como* ou *onde*, a função de transpositores de adjetivos. Ao conjunto formado pelo que se convencionou denominar oração subordinada e oração principal, designa *oração complexa*. A rigor, um conjunto complexo não passaria, então, de um termo sintático na oração complexa. Não se pode deixar de assinalar que essa análise prioriza a questão morfosintática, embora não raro, o aspecto semântico seja citado.

Neves, em sua obra *Gramática de Usos do Português* (2000), estabelece a existência do predicado como característica essencial de uma oração, sendo esse predicado representado pelo verbo, ou por um adjetivo, no caso dos verbos de ligação. A autora vai mais longe e define as propriedades do predicado, distinguindo aquelas sintáticas das semânticas, apresentando, ao longo da obra, uma aprimorada pesquisa das funções semânticas dos verbos, o que foi de enorme valia para este estudo. Ao tratar dos verbos de elocução, analisa detalhada-

mente a função semântica do predicado, registrando o papel argumental desse segmento, assim como o caráter valencial da oração considerada principal ou matriz (NEVES, 2000: p.335).

A autora classifica as orações substantivas como predicados de natureza semântica, factual ou implicativa, ou como aqueles ligados a preenchimentos de condições, que indicam “uma condição necessária, mas não uma condição suficiente, instaurando a projeção dos eventos e, por isso, chamados de verbos de ‘**somente se**’” (NEVES, 2000: p.46). Quanto aos verbos de elocução, a autora discrimina-os como introdutórios do discurso direto ou indireto, semanticamente percebidos como aqueles de atividade mental e avaliativos, ou ainda, factivos ou de percepção. Chama também atenção para o fato de que:

“**discurso indireto** não envolve citação literal do que o **sujeito** diz, mas constrói uma paráfrase pela qual o falante assume a responsabilidade do que é referido, além de controlar a correferência dos **pronomes** e dos **advérbios dêiticos**, já que a **dêixis** deixa de ficar centrada no sujeito do verbo da completiva.” (NEVES, 2000, p.48)

A aprimorada e detalhada pesquisa sobre os verbos, desenvolvida nessa obra, foi de enorme valia no processo de desmontagem e remontagem das UMS, já que a questão semântica foi abordada com rigor.

### 3. A semiótica francesa

Embora a teoria semiótica greimasiana reconheça o discurso sob forma de percurso, imaginado-o como um lugar de instabilidades por cujas bordas se escapam deslizamentos coagulantes de sentido (cf. GREIMAS e FONTANILLE, 1993: p.12), ao mesmo tempo leva em conta determinadas regularidades que permitem perceber, no enunciado, as marcas deixadas pelo ato da enunciação, bem como a compreensão e a interação, logo considerando enunciado e enunciação como *performance*.

Para se desmontar o texto objeto, recuperando-se a sucessividade dos eventos disseminada em seu desenrolar, de maneira a se reconstituir a ordem icônica dos acontecimentos e a se abstrair a origem da significação, recuperando essa sucessividade em movimento, como em uma marcha, consideraram-se, em primeiro lugar, as categorias que compõem o estudo da enunciação: a enunciação propriamente dita, o enunciado, a temporalização, a actorialização, a espacialização e as funções do narrador. Essas últimas subdividem-se em função narrativa, de direção, interlocução, avaliação e ideológica (cf. GENETTE, 1972: p.262), além dos seguintes conceitos básicos da semiótica francesa:

- *discurso*: concebido como *objeto*, “narrativa ‘enriquecida’ pelas opções do sujeito da enunciação que assinalam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia” (BARROS, 2000, p.85);

- *discurso semiótico*: percebido como a “descrição das estruturas iminentes e a construção dos *simulacros* que devem dar conta das condições e das precondições da manifestação do sentido e, de certa maneira, do ‘ser’” (GREIMAS e FONTANILLE, 1993, p.12);

- *texto*: entendido como manifestação, “conjunto das operações da produção e das transformações do texto e que procura levar em conta, ao mesmo tempo, propriedades semióticas da enunciação e do enunciado” (GREIMAS e COURTÉS, s.d., p.461);

- *enunciação*: considerada como a “instância constitutiva do enunciado”, o qual, por sua vez, será concebido como “estado que dela resulta” (cf. GREIMAS e COURTÉS, s.d., p.126), observando-se, no texto objeto, a *enunciação enunciada* e o *enunciado enunciado*, os quais se definem, respectivamente, como “o conjunto de marcas e traços que a enunciação propriamente dita deixa no enunciado, ou melhor, a maneira pela qual o enunciador impõe os acontecimentos narrados” e como “a seqüência desprovida de marcas de enunciação” (cf. FIORIN, 1996, p.36);

- *actante*: percebido como “aquele que realiza ou sofre o ato, independentemente de qualquer outra determinação” (GREIMAS e COURTÈS, s.d., p.12), sujeito individualizado que, no caso específico de narrativas em primeira pessoa, encontra-se em sincretismo com o narrador;

- *tensividade*: conceito “susceptível de transcender a instância da enunciação discursiva propriamente dita e pode ser vertido por conta do imaginário epistemológico, em que ele encontra outras formulações filosóficas ou científicas já conhecidas; nisso ele poderá surgir como ‘simulacro tensivo’, como um dos postulados que originam o percurso gerativo do sentido” (GREIMAS e FONTANILLE, 1993, p.17-8);

- *foria*: fator de heterogeneidade que permite surpreender o sujeito para “aquém do sujeito da enunciação, um substituto perturbador”, como uma outra voz que se elevasse para dizer as coisas de outro modo (cf. GREIMAS e FONTANILLE 1993 p.19);

- *os papéis sintáticos* a que estão ligados personagens individualizados, delegados diretamente pela enunciação, tais como, *enunciador/enunciatório*, *actante*, *interlocutor/interlocutário*, *destinador/destinatário* e *narrador/narratório*, no caso do trabalho, desdobrado em *eu-narrante* e *eu-narrado*, por ser a narrativa analisada de experiência pessoal;

- os três momentos que fundamentam a categoria temporal, o ME, o MR e o MA, assim como o subcomponente da categoria tempo *espácio-temporal*, cujas especificidades permitem organizar, após a localização espacial dos programas narrativos, o encadeamento sintagmático dos espaços parciais, além de efetuar “a conversão das estruturas narrativas em estruturas discursivas” (GREIMAS, s.d., p.355).

#### 4. As pontes

Ainda que se reconheça que os estudos da lingüística frástica visaram à percepção do grau de integração entre cláusulas com base nas questões morfossintáticas, nas pressões comunicativas e no processo de gramaticalização, e que, por outro lado, se reconheça, também, que este trabalho tem por fim perceber as UMS de forma a se

estudarem as partes e integrá-las ao todo, objetivando recuperar a geração e a gênese da significação de **cada discurso em particular**, as pontes são estabelecidas à medida que foi fundamental o suporte propiciado pelas pesquisas da lingüística frástica para que, de forma mais fundamentada, se pudesse realizar a desmontagem e posterior remontagem das UMS nos gráficos.

Se os teóricos da lingüística frástica verificaram a integração entre cláusulas, tendo observado a seqüência linear, ou seja, a ordem como as cláusulas se apresentam no texto objeto, este estudo vai perceber o grau de encaixamento no sentido vertical, ou seja tendo em mente a recuperação da marcha dos acontecimentos e papéis sintáticos dos personagens individualizados no texto discurso.

Por essa razão, acrescentou-se aos parâmetros estabelecidos pelos teóricos da lingüística frástica, um quarto parâmetro: a **coordenação**, definida como uma seqüência anafórica, em que um enunciado é – como já postulavam Halliday e Hopper – contingente para o seguinte, apresentando, para este estudo, o mais alto grau de dependência (não importando o encaixamento e a equivalência), já que esse parâmetro corresponde à sucessividade dos eventos em ordem icônica, recuperada no discurso (podendo, no sentido linear – deixe-se claro – estar, inclusive, encaixada em outra oração). Este estudo, de certa forma, resgata o que Halliday propôs: uma subdivisão para a parataxe, observando, no entanto, o parâmetro sucessividade, atribuindo, destarte, à coordenação o mais alto valor.

<b>Coordenação</b>	<b>Parataxe</b>	<b>Hipotaxe</b>	<b>Subordinação</b>
semanticamente	equivalente	não-equivalente	não-equivalente
dependente	-encaixada	+encaixada	+encaixada
	-dependente	-dependente	+dependente

E é justamente no que diz respeito às pesquisas que envolvem o aspecto semântico, com fins de resgatar a sucessividade dos eventos, que este trabalho estabelece os pontos de contato com a lingüística

frástica, uma vez que esses autores, muitas vezes, levaram tal questão em consideração, trazendo subsídios para esta proposta de trabalho. No entanto, quando se analisam as cláusulas, tendo em vista apenas a questão morfossintática, as fronteiras são mantidas. Por exemplo, quando se apresenta o processo de subordinação como um conjunto complexo em que a oração subordinada é percebida como um termo de transposição, ou seja, passível de ser substituída, por exercer funções próprias dos substantivos (BECHARA, 1999, p.464), apoiando-se em exemplos do tipo *O pai viu que a filha saiu* como equivalente a *O pai viu a saída da filha*, constatam-se duas lacunas cruciais para as análises realizadas:

- primeiramente, o fato de o substantivo não dar conta das características operatórias do verbo, o aspecto, a modalização e as vozes, caracteres que implicam diferenças significativas na disposição desses enunciados como manifestações que atualizam fazeres diferentes de actantes de categorias de análise diferentes, ou seja, ora da ordem da enunciação enunciada, ora da ordem do enunciado enunciado;

- em segundo lugar, aponta-se o fato de serem essas distinção que poderão possibilitar apreender tanto o caráter argumental do predicado que se faz perceber em termos de seqüencialidade, de previsibilidade de sujeito, de categorias de tempo e pessoa, expressas nas desinências verbais, como efeitos de sentido produzido que se fazem perceber por meio de categorizações semânticas, como a dos verbos de “somente se” que impelem o discurso.

Numa seqüência discursiva, como ocorre na narrativa analisada neste trabalho, haveria uma enorme distância entre “*depois fui ver que ele estava assim quase morto*” e seu equivalente substantivo “*depois fui ver a sua morte*”, já que, de fato, o informante **não viu** a morte ocorrer. Na verdade, o que se está informando é que ela se **apercebeu** de que a morte havia ocorrido. Os verbos *ver* e *perceber*, segundo Neves (2000: p.353) classificam-se como verbos de percepção sensorial ou mental.

Neste caso específico, *ver* pode ser compreendido como um verbo de percepção mental, no sentido de aperceber-se, já que o informante não vê a morte ocorrer, mas se dá conta de que havia ocorrido, sendo esse efeito de sentido, assim compreendido, por ser o enunciado de natureza verbal e estar em coerência, em nível macro, com a seqüência narrativa. O sintagma nominal, *sua morte*, não permitiria essa interpretação já que apenas o caráter sensorial da oração de elocução seria perceptível. E é justamente o fato de a informante não ter visto o acontecimento que se aponta, no final da análise, como um efeito de sentido que provoca uma falha estrutural na arquitetura desse discurso, identificada justamente pela natureza verbal do segmento.

Assim, enunciados do tipo (que) *ele estava morto*, percebidos como manifestação do enunciado, coordenam-se aos demais que, neste plano, compõem a ordem icônica dos acontecimentos no mundo natural, enquanto a UMS *vi* que explicita o *verbum dicendi*, refere-se, no entanto, a uma percepção do *eu narrado*, logo coordenando-se às demais que configuram essa seqüência. Nesse sentido esses enunciados constituem duas UMS, apresentando para esta análise baixo grau de encaixamento no discurso.

Por outro lado, o enunciado, *pensei que ele tivesse tido uma insolação*, não sendo factual o argumento expresso no predicado, uma vez que *pensar* (NEVES, 2000: p.347) é um verbo de atividade mental e, no caso, o julgamento sobre a ação do outro actante não se comprova, não faz parte dos fatos que constituem a ordem aos acontecimentos vivenciados por esse actante, mas uma expectativa do sujeito do verbo de atividade mental, no caso, o *eu-narrado*. Essas orações vão constituir, assim, uma única UMS, ou seja um conjunto complexo, apresentando alto grau de encaixamento discursivo, logo **subordinados**, uma vez que sua leitura permanece horizontal e na mesma instância actancial.

Já enunciados que não apresentam vinculação sintática, isto é, não são termos sintáticos de uma oração matriz e não guardam entre si uma relação de sucessão, ou seja, uma relação anafórica, são perce-

bidos como de relação **paratática**, como os enunciados de espacialização, por exemplo. Por fim, enunciados que se apresentam como os que atualizam a seqüência dos eventos, no sentido vertical do discurso, obedecendo ao princípio da ordenação, na medida em que constituem uma seqüência anafórica, são tomados como **coordenados**, apresentando o **grau mais alto de vinculação** no discurso.

A remontagem das UMS se realiza, destarte, a partir do estabelecimento de regras restritivas, através das quais se tem o propósito de perceber o grau de encaixamento das UMS em função dos valores retórico e **semântico** das mesmas, já que se visa a recuperar essas unidades em se observando o princípio semiótico de se apreenderem os modos de produção e apreensão do sentido. Essas regras fundamentam-se na fórmula proposta por Flores e nas categorias que regem a enunciação, enquanto instância discursiva:

- observar as UMS na perspectiva do discurso, como **conjuntos sêmicos** que se manifestam num dado discurso em função da tensão que afeita os três eixos temporais, ME, MR, MA;
- dispor essas UMS em gráficos, configurando o que se quer chamar de arquitetura de cada discurso em particular;
- conceituá-las como unidades, constituídas ou não de mais de uma oração, em função das instâncias discursivas a que pertencem, a do enunciado enunciado ou da enunciação enunciada;
- separar essas unidades levando ainda em consideração as funções do narrador;
- sobretudo nas orações de elocução, orientar essa separação em função do caráter argumental do predicado, das debreagens enunciativas que instalam locutores de vários graus e atos de dizer imputados a locutores distintos, como, por exemplo, um dizer de terceiro grau que corresponda a um locutor de segundo grau (FIORIN 1996, p.77);
- perceber esses enunciados como recursos de distinção entre discurso citante e citado.

## 5. A desmontagem

No primeiro período da narrativa em questão, constituído pelas orações *era um domingo em que a gente estava no clube*, observamos que a articulação entre as duas orações é estabelecida pelo pronome relativo *em que*. Consta-se que, do ponto de vista semântico e da sintaxe narrativa, a primeira diz respeito à espacialização, e a segunda, à primeira debreagem actancial que instaura os dois actantes, reconhecida no marcador *a gente*. Propõe-se, então a seguinte classificação para essas UMS:

- *era um domingo* – compreendida como de classificação **paratática** já que vai se articular em nível de equivalência com as outras orações do plano de espacialização, *o dia estava lindo, o sol estava lindo, tudo estava bem* (não importando a ordem em que se manifestem no discurso), conseqüentemente apresentando menor grau de dependência e encaixamento entre elas;

- (*em que*) *a gente estava no clube* – também percebida como **paratática** e, embora represente a primeira debreagem actancial, articula-se com as demais de espacialização, considerando-se nesse caso, como Bechara, o pronome relativo como um transpositor, já que pode ser apagado sem que se corrompa a compreensão do todo. Logo, para este estudo, essa oração não se classifica como subordinada, mas compõe, com as demais, o sub-conjunto de enunciados que define a espacialização, relacionando-se por **parataxe**.

Em relação às orações – *pensei que ele tivesse tido uma convulsão por causa do calor e achei que podia ser uma insolação* – estabeleceu-se o seguinte procedimento:

- em se observando o parâmetro actorialização, constata-se serem ambas as orações relativas ao dizer de um mesmo actante e estarem no domínio de formulação de hipóteses, não pertencendo à ordem dos acontecimentos, relacionando-se por *projeção do tipo idéia*,

como propõe Halliday. Não se encontram, portanto, em planos distintos, o que permite designá-los de fato orações complexas, como propõem Halliday, Bechara e Neves. Não seria possível, no entanto, tratá-las como substituição de termos, até porque não haveria, neste caso específico, um termo ou expressão substantiva que desse conta da anterioridade de uma manifestação em relação à outra. Essa anterioridade se manifesta pela relação entre tempos verbais no pretérito, nas suas formas simples e composta. Assim, além de gramatical e sintaticamente apresentarem alto grau de encaixamento, essas UMS apresentam também alto grau de *dependência* semântica, uma vez que a relação entre essas unidades confirma o caráter hipotético do enunciado, logo reconhecidas no nível da **subordinação**.

Um outro exemplo muito significativo de análise, tendo em mente a sucessividade dos acontecimentos pode ser constatado na integração entre as UMS: *quando eu me virei para conversar com uma amiga e quando eu voltei a olhar*.

- designadas por Halliday como *enhancement*, por Matthysien & Thompson como *núcleo-satélite* e por Bechara como de transposição de advérbios, essas orações apresentam relação como a oração núcleo *ele estava caído no chão*. Apresentam também equivalência sintática uma em relação à outra. No entanto, do ponto de vista semântico, são compreendidas como ações sucessivas de um mesmo actante, confirmando um alto grau de encaixamento entre elas, logo classificadas por este estudo como **coordenadas**, já que são unidades constituintes da marcha dos acontecimentos que afetaram um dos actantes, no caso o *eu-narrado*. A oração núcleo, por sua vez, se manifesta como uma ação correspondente a outro actante, logo em outra seqüência discursiva. Nessa última relação, assinala-se a integração por **hipotaxe**.

Chamam atenção, ainda, as duas orações concessivas, também em coordenação entre si, *apesar de ter levado vários choques e de o coração*

*dele ter voltado a bater*. Trata-se de “concessivas eventuais” já que o conteúdo proposicional das orações principais, ou núcleos, *ele não agüentou e morreu*, é factual, como também é factual o argumento da oração principal (cf. NEVES, 2000 p.867). Por essa razão, todas fizeram parte da **marcha de eventos**, dispostas em seqüência no eixo vertical, como se representará nos gráficos, apresentando alto grau de encaixamento no sentido **vertical**, ou seja, no eixo que representa a sucessividade dos eventos, mas não no sentido linear, onde se assinalaria apenas a relação principal/subordinada. Na verdade, tendo em vista a sucessividade dos eventos, essas orações vão se coordenar às demais que simulam a ordem icônica dos acontecimentos, ordem essa que é finalizada pelo recurso de coesão *e* que liga as duas orações que seriam classificadas como principais das concessivas, mas que, em se considerando a sucessividade dos eventos, conforme a fórmula proposta por Flores, **coordenam-se** às demais, configurando o clímax da marcha dos acontecimentos.

São, desta forma, justamente os constituintes verbais de ambos os enunciados que colocam em jogo, por exemplo, a percepção da seqüencialidade da narrativa, ou melhor, da ordem icônica dos acontecimentos, da confirmação da previsibilidade do sujeito, da ausência de marcas da enunciação, o que imprime o caráter de realidade aos fatos, enfim, do processo de transformação que ratifica a narratividade que perpassa os discursos; ou, por outro lado, possibilitam que se flagrem as marcas da enunciação no enunciado as quais modalizam e direcionam esses discursos, além de revelarem as funções ideológicas e de atestação que competem ao narrador.

Seguindo-se essa metodologia de análise, desmontaram-se, então, os enunciados, obtendo-se os seguintes resultados quanto ao grau de encaixamento entre as UMS:

**subordinação** - *eu pensei (que) tivesse tido insolação; eu achei (que) podia ser insolação*, consideradas, portanto, como conjuntos complexos.

**hipotaxe** - *quando me virei e quando voltei a olhar; ele estava caído no*

*chão*, percebidas como orações satélites de um mesmo núcleo.

**paralaxe** - *era domingo; a gente estava no clube; estava um sol lindo; era um dia assim; estava tudo bem; ia ser tudo ótimo para mim.*

**coordenação** - sucessividade que resgata os eventos como em uma marcha:

- seqüência que resgata os eventos relativos ao actante 2 - *ele estava jogando futebol; ele estava caído no chão; ele tinha tido uma parada cardíaca; as pessoas estavam tentando salvá-lo; ele estava realmente assim, quase morto, ele chegou a ir por hospital, ele teve várias paradas cardíacas; o coração ter voltado a bater; ter levado vários choques; não agüentou e morreu;*

- seqüência que resgata os eventos relativos ao actante 1, ou seja, ao *eu-narrado*: *me virei para conversar; voltei a olhar.*

## 6. A Remontagem

A remontagem das UMS processa-se a partir da apreensão da naratividade de forma pictórica, e em gráficos elaborados como simulacros metodológicos, em que as sucessividades são esboçadas de forma a simular a ordem icônica dos acontecimentos, como em uma tela. São, assim, os tempos verbais e os demais marcadores temporais que organizam a estrutura temporal do processo enunciativo, estando as debreagens centradas nesses marcos, os quais tomam distintos – em função de noções, como a de ordem, em que se distinguem os aspectos sucessividade ou simultaneidade e aquelas de duração e direção, em que se assinalam efeitos de sentido retrospectivos ou prospectivos – os três momentos distintos da narrativa, o MR, o MA e o ME, como se assinala nos gráficos. Mas antes de proceder à remontagem dos enunciados no gráfico, é preciso ter em mente que:

“Estreitamente relacionadas à questão do espaço, as projeções temporais no discurso ampliam a tensão entre as instâncias do enunciado e da enunciação. Manifestadas no enunciado no jogo das variações verbais e dos advérbios, as referências temporais

apontam para o tempo da enunciação, um agora que funciona como “dêixis de referência” em relação à qual se distribuem um antes e um depois tomados “como posições temporais” (...). Duplamente ilusória, portanto, é a manifestação do tempo no discurso: supondo-se um presente no qual se produz uma fala, deve-se identificar, nessa fala, a recriação de uma temporalidade cuja referência é a suposição inicial e cuja característica é a representação de um tempo existente apenas como palavra.” (TEIXEIRA, 1996, p.147)

Esses gráficos são construídos em correlação com as análises de cada uma das séries de UMS, sempre tendo em mente que a programação espaço-temporal consiste em organizar, após a localização espacial dos programas narrativos, o encadeamento sintagmático dos espaços parciais, além de efetuar a conversão das estruturas narrativas em estruturas discursiva (GREIMAS e COURTÉS, sd: p.355).

Duas UMS, *parecia que estava tudo bem* e *parecia que ia ser tudo ótimo para mim*, exigiram, no entanto, um tratamento diferenciado. O verbo *parecer*, em função de suas características semânticas, permite compreender avaliações opostas entre o *eu-narrante* e o *eu-narrado*, já que remete a uma interpretação positiva do *eu narrado*, actante do enunciado enunciado que, de fato, inserido no acontecimento, julga que *tudo estava bem*, bem como antecipa expectativas contrárias para o narratário, assinalando-se, por conseguinte, uma neutralização entre esses actantes:

“Uma outra forma de realizar macro embreagem é efetuar a passagem de um actante de um nível narrativo a outro, pois, assim, a ilusão referencial esboroa-se. Vimos que há três níveis enunciativos (o do narrador/narratário; o do enunciatador/enunciatário; o do interlocutor/interlocutário) e que o último pode ser desdobrado em diferentes graus.” (FIORIN, 1996, p.122)

O narrador, desdobrado em *eu-narrante* e *eu-narrado*, constitui-se em actantes das duas instâncias, ora vivenciando os acontecimentos, ora comentando-os, ora organizando-os, ora avaliando-os, ora confundindo-se em suas funções. Segundo Neves (2000, p.26), os verbos acompanhados por um sintagma nominal, considerados verbos de ligação pela gramática tradicional, seriam não-dinâmicos, já que são percebidos como de estado. O verbo “parecer”, segundo a autora, num enunciado afirmativo, implica neutralização no predicado, já que pode ser classificado como verbo de “somente se” (idem, p.47), logo não podendo ser classificado como factual, já que esse predicado não representa uma condição suficiente de verdade. A apreciação do uso desse verbo traz, ainda, à tona, a questão da ética da informação (FIORIN, 1996, p.32). O narrador leva em conta um código que rege o que a cultura consideraria uma troca verbal honesta, ao se dirigir a um narratário explícito ou não. É o que Maingueneau denomina *lei da sinceridade*. Ao usar o verbo “parecer”, o efeito de sentido obtido é o de que o eu-narrante não estaria mais em condições de garantir que “tudo teria continuado bem”. Por essa razão, esse verbo projeta uma descontinuidade, instaurando o **suspense**, além de também comprovar o **engajamento** do enunciador no ato da enunciação (MAINGUENEAU, 2001, p.35).

Pode-se assinalar, assim, em relação a esse verbo, uma neutralização da debreagem actancial, no caso, classificada como enunciativa, já que as duas instâncias, marque-se bem, da enunciação **enunciada** e do enunciado **enunciado**, neutralizam-se. As vozes do *eu-narrante* e do *eu-narrado* se fazem sentir sob forma de justificativa para o saber de ambos os actantes. O *eu-narrado*, inserido mesmo nos acontecimentos, confirma a ilusão de verdade já anunciada pelos advérbios de continuidade e iteração, e o eu-narrante antecipa ao narratário o que já sabe, ou seja, por ser, na função de *eu-narrante*, **onisciente** e **engajado**, ratifica o fim da continuidade. Segundo Greimas, “os constituintes elementares das estruturas profundas possuem um estatuto

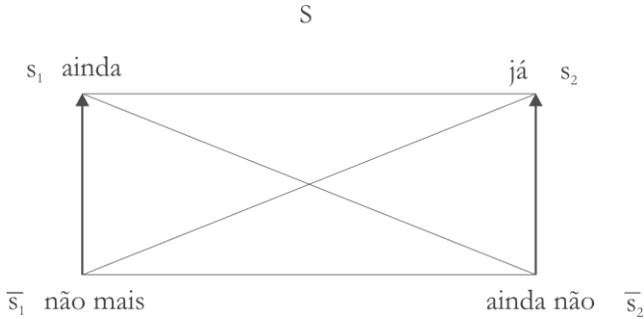
lógico definido” (GREIMAS, 1975, p.127) e uma das primeiras regras desse sistema diz respeito à injunção que define o sistema por *compatibilidades* e *incompatibilidades*, uma vez que um sistema sem incompatibilidades não seria ordenado (GREIMAS, 1975, p.131). Esse sistema comporta dois tipos de injunções:

- prescrições que são reconhecidas como injunções positivas, representadas por  $S_1$ ;
- interdições que são reconhecidas como injunções negativas, reconhecidas por  $S_2$ ;
- cada um dos dois tipos implica uma instância sistemática contraditória  $S_1$  e  $S_2$ .

Em se analisando o exemplo dos sinais de trânsito, usado pelo autor para esclarecer a teoria (GREIMAS 1975, p.132), percebeu-se que, no seio das análises lingüísticas, encontram-se incompatibilidades que impulsionam e ordenam formas de manifestação que, como se quer ratificar, operacionalizam a sintaxe narrativa.

No caso dos verbos de “somente se”, *parecer*, por exemplo, concretizam-se relações hierárquicas e categóricas de uma instância sistemática contraditória. Se considerarmos o verbo *parecer* como um elemento de prescrição, ou injunção positiva, ( $S_1$ ), os estados descritos nos predicados, *estava tudo bem e tudo ia ser ótimo para mim* são percebidos como **verdadeiros**, como se pode depreender do ponto de vista do eu-narrado no enunciado enunciado. No entanto, do ponto de vista do eu-narrante, esse mesmo verbo, pode ser considerado de injunção negativa, ou seja, de **interdição** – ( $S_2$ ) – o que leva a um programa de oposição.

No entanto, cabe reiterar que essa leitura só é possível porque esse verbo apresenta **neutralidade**  $\{S [S_1 + S_2]\}$  quando funciona descontextualizado, podendo-se ainda estabelecer uma dupla relação de disjunção e de conjunção, a seguir representada no esquema abaixo, como reformulou Fiorin, à página 171:



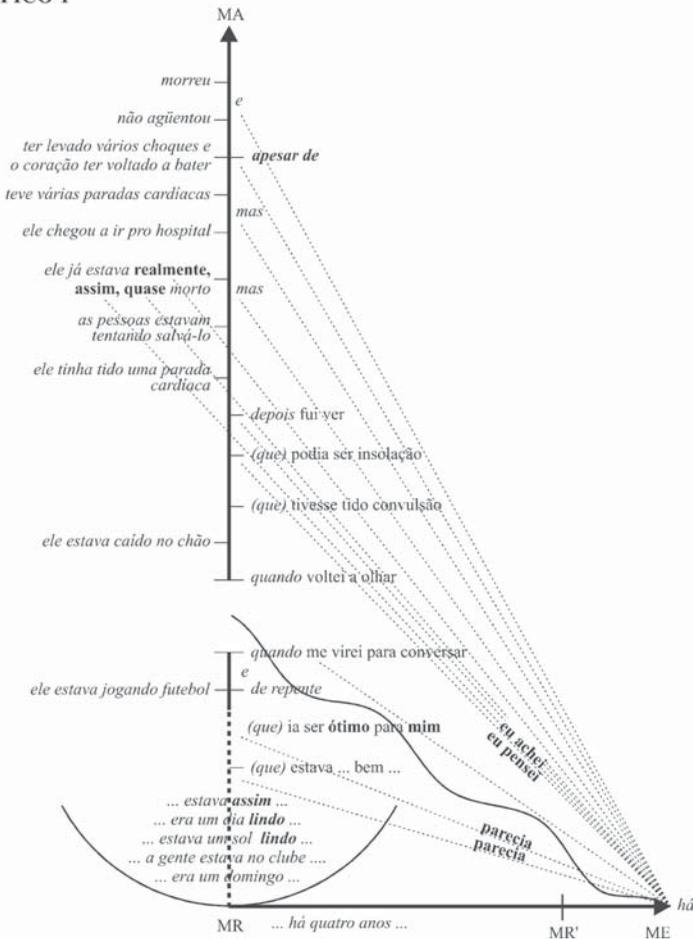
No caso da narrativa, ocorrendo de forma subsequente a uma série de enunciados sobre a espacialização, confirmar-se ia a **prescrição**. No entanto, sob a ótica do destinador, actante da enunciação que mantém com o destinatário um contrato de *sinceridade*, esse verbo também instaura, em função da sua natureza neutra e conseqüentemente ambígua, a **hesitação** que gera, por sua vez, o **suspense** e, por conseguinte, a narrativa como um conjunto ordenado de enunciados, comprovando, ainda, a **performance** do narrador que operacionaliza esses recursos com fins de garantir a execução de quatro das principais competências que são a ele atribuídas:

- engajamento;
- sinceridade;
- competência lingüística, em nível da manifestação;
- competência narrativa, em nível de mediação.

O *fazer* é percebido, portanto, como uma “operação duplamente antropomórfica: enquanto atividade, ele pressupõe um sujeito; enquanto mensagem, ele é objetivado e implica o eixo de transmissão entre destinador e destinatário” (GREIMAS, 1975, p.154). O verbo *parecer* vai aparecer no gráfico nas linhas transversais, evidenciando essa **neutralização**. Observa-se, finalmente, que a disposição dos eventos no eixo MR/MA vai também proporcionar a ilusão de uma

ordem prospectiva, recriando a impressão da ordem dos acontecimentos no mundo natural. Configura-se, então, o primeiro esboço da arquitetura desse discurso, a partir da estrutura temporal da narrativa, na qual se distinguem os três momentos estruturalmente relevantes, o ME, o MA e o MR. As UMS estão dispostas no gráfico, de modo a se recuperar, de forma pictórica e global, como em uma marcha, a sucessividade dos eventos.

GRÁFICO 1



Na leitura do gráfico é importante observar que, à esquerda do eixo MR/MA, dispõe-se a seqüência de enunciados que se aproxima do que é definido “como a seqüência desprovida de marcas da enunciação” (GREIMAS e COURTÉS, sd: p.126) e tem como debreante o advérbio *de repente* que, segundo Neves, classifica-se como fórico, logo estendendo essa classificação para a categoria aspecto, uma vez que, as “indicações semânticas tocam a semântica temporal, situando um estado de coisa” (NEVES, 2000: p.264). Esse advérbio introduz a ruptura com um estado de equilíbrio manifestado até então e debreia a sucessividade dos eventos, apesar do tempo verbal indicar estado. Como já se definiu, a enunciação realiza escolhas para revestir o discurso, mas, pelo menos uma marca – como já haviam defendido Hopper e Traugott para a percepção do valor semântico no caso apresentado das condicionais – garante o reconhecimento do processo de debreagem, assim como a integridade da estrutura narrativa de base. Na verdade, a oração *ele estava jogando futebol* poderia ter sido manifestada por um tempo verbal no pretérito mais que perfeito, como, “de repente, dei-me conta de que ele tinha ido jogar futebol”. Por essa razão se afirma que um debreante já é uma marca suficiente para instaurar uma sucessividade de eventos.

Já à direita do eixo MR/MA, dispõem-se as orações que revelam as marcas da enunciação enunciada que se definem como o “conjunto de marcas e traços que a enunciação propriamente dita deixa no enunciado, ou melhor, a maneira pela qual o enunciador impõe um ponto de vista sobre os acontecimentos narrados” (GREIMAS e COURTÉS sd: p.126).

## 7. A sintaxe narrativa

Segundo Diana Barros, “a sintaxe narrativa deve ser pensada como *um espetáculo que simula um fazer do homem que transforma o mundo*. Para entender a organização da narrativa, é preciso, portanto, descrever esse espetáculo, determinando seus participantes e o papel que re-

presentam na historiazinha simulada” (BARROS, 2000, p.16). É ainda a autora que define dois dos objetivos que a semiótica propõe, na seguinte passagem:

“A semiótica parte dessa visão espetacular da sintaxe e propõe duas concepções complementares de narrativa: narrativa como mudança de estados, operada pelo fazer transformador de um sujeito que age sobre o mundo em busca de valores investidos nos objetos; narrativa como sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e a circulação de objetos.” (BARROS, 2000, p.16)

Quanto à primeira parte dessa proposição, podem-se ressaltar dois aspectos: narrativa como **mudança de estado** e a **busca de valores** investidos nos objetos. Na análise realizada, buscou-se desenhar a arquitetura do discurso, acompanhando o percurso gerativo de sentido, evidenciando-se as transformações de estado dos sujeitos actantes do enunciado enunciado e da enunciação enunciada. Podem-se sintetizar os seguintes programas narrativos, tendo em vista a legenda abaixo:

**PN = programa narrativo**

**F = função**

**—> = transformação S1 = sujeito do fazer**

**S2 = sujeito do estado**

**Ov = objeto-valor**

**∪ = junção**

**? = disjunção**

PN <sub>1</sub>	=	S <sub>1</sub>	∩	Ov	—————>	S <sub>1</sub>	∪	Ov
		ela		felicidade	transformação			felicidade
				segurança				segurança
PN <sub>2</sub>	=	S <sub>1</sub>	∩	Ov	—————>	S <sub>1</sub>	∪	Ov
		namorado		vida	transformação			vida

No entanto, o mais espetacular da semiótica está no fato de se poder ir além, e buscar-se apreender os valores investidos nos objetos. Os programas a que se chegou são interpretados como de **privação** em que os sujeitos entram em disjunção com objetos de valor: o eu narrado, em disjunção com a segurança e o amor e o segundo acante, em disjunção com a vida.

É possível, no entanto, classificá-los como programas de base, que pressupõem um programa mais complexo. Ambos os sujeitos, em  $PN_1$  e  $PN_2$  podem ser percebidos como sujeitos de estado, num programa mais complexo, em que esses sujeitos sofrem a ação do inexorável, abatidos por aquilo que se considera da ordem do acontecimento, da fatalidade. Logo, nessa perspectiva, o sujeito do fazer não pertence ao universo dos seres, sendo percebido como o que “se poderia talvez designar como da ordem do “primitivo”, que funciona no interior das culturas e dos universais individuais e que podem ser convocados nos discursos realizados” (GREIMAS e FONTANILLE, 1993, p.13).

$$PN_3 = F [S_1 \xrightarrow{\text{transformação}} (S_2 \cup Ov)]$$

acaso
namorado
vida

destino

$$PN_4 = F [S_1 \xrightarrow{\text{transformação}} (S_2 \cap Ov)]$$

acaso
informante
outros valores

destino

Ainda segundo BARROS (2000, p.23), “é fácil perceber que os programas narrativos projetam sempre um programa correlato, isto é, se um sujeito adquire um valor é porque outro sujeito dele foi privado ou dele se privou”. No caso da narrativa, a privação pode corresponder a uma forma de aquisição de outros valores. É o que se compreende pelo uso insistente do adjetivo, em seu grau superlativo, no enunciado,  *muito importante, apesar de ter sido triste*, ratificando “os sentimentos que nele desperta o episódio” (FIORIN, 1996, p.106).

Mas é essa avaliação que parece surpreendente nessa apreensão. O adjetivo **importante** por si só induziria a uma avaliação positiva do ocorrido, o que se confirma pela presença do conector de caráter **concessivo**, *apesar de*, imediatamente seguido do adjetivo *triste*. Surgem então as questões: importante por quê? Teria sido importante a privação em si, ou o episódio ter-lhe-ia trazido uma nova visão de mundo? O que não foi dito e silenciou, induzindo a essas indagações? Essas questões já apontam para a quinta função do narrador, que diz respeito ao aspecto ideológico do percurso discursivo.

## 8. A geração e a gênese

Em função das configurações obtidas nos gráficos e do estudo da sintaxe narrativa, flagram-se, então, **os efeitos de sentido** e levantam-se questionamentos sobre as tensões que impelem tais relatos, numa tentativa de se exacerbar um **sujeito discursivo**, flagrado numa dimensão semiótica da existência. O primeiro gráfico apresenta as UMS reorganizadas de acordo com as categorias discursivas resgatadas do texto objeto em função do grau do **encaixamento no discurso**, ou seja, tendo por base que o processo narrativo é orientado.

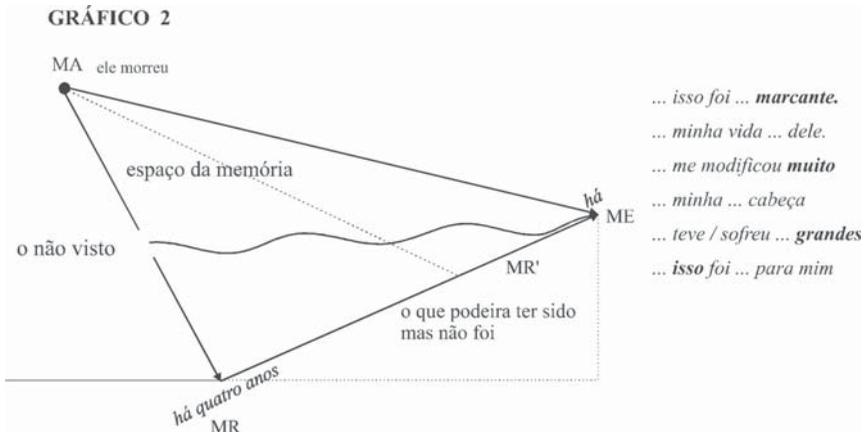
Em se examinando a arquitetura do discurso, chama atenção a falha no eixo junto ao qual se organiza a marcha dos eventos, percebida graças o **estudo da sequência de UMS**. Chamam também atenção as figuras na representação da espacialização: *o dia estava lindo, o sol estava lindo, tudo parecia ótimo para mim*. Nada, portanto, prenuncia uma tragédia. Era apenas mais um calmo domingo na vida do *eu narrado*. Nada o fez estar atento ao outro actante, o que permitiu a sua desatenção e o levou a conversar, enquanto o outro actante jogava futebol.

Em se examinado a sintaxe narrativa, chama atenção, ainda, a incompatibilidade entre o drama ocorrido e a avaliação do narrador: por que **importante**? Estaria o interlocutor reafirmando ao interlocutário ter cumprido o prometido, ou seja, relatar um episódio impor-

tante em sua vida? A concessão aponta, no entanto, para a avaliação do episódio em si: **importante, apesar de triste**, donde se assinala a incompatibilidade.

Seriam essas inconsistências, localizadas na superfície do texto, aquelas que não deixam de ressoar em profundidade, suscetíveis de questionar o percurso gerativo no seu conjunto, como nos apontam Greimas e Fontanille na introdução de *Semiótica das Paixões*. O eu narrado não viu, não sabe o que de fato se passou. Foi traído pela natureza, pelo destino e nada pôde fazer ou saber daquele momento. Seria possível ter evitado o destino? Percebido a tempo?

Seria possível, então, em função do somatório de dados levantados ao longo dessa análise, **pressupor** uma coincidência entre o vazio estrutural, advindo do não-visto e uma forma de silêncio fundante que justificaria a aquisição de outros valores, como se depreende da enunciação enunciada? Em função dessas questões chega-se ao segundo gráfico, resultado do somatório dos dados da análise das partes e do todo.



## 9. A arquitetura

A linha ondedada que parte do ME e atinge o eixo MR/MA assinala, então, uma falha, indicando um não-visto, mas não uma ausência de ocorrências, confirmando o que Maingueneau chama de ética da informação (2001: p.35). O eu-narrado não viu o que aconteceu enquanto conversava, logo o eu-narrante rompe o eixo de sucessividade dos eventos porque desconhece o que aconteceu. Esse detalhe da estrutura só é perceptível quando se analisa o discurso, considerando-se a sucessividade dos eventos, segundo as categorias da enunciação, ou seja numa perspectiva semiótica. Essa falha talvez responda ao que Flores, retomando Brown e Yule, com propriedade, alega em relação a um trabalho direcionado para as unidades frásticas:

“El analista del discurso encontrará que no le dice mucho una investigación conque un ‘relato’ se compone de un escenario más un tema, mas una intriga, mas una resolución.” (FLORES, 1999, p.56)<sup>1</sup>

Haveria, então, uma coincidência entre a falha estrutural da arquitetura desse discurso e uma forma de silêncio do que não se fez palavra, mas que pressupõe o sujeito afetado já em conjunção com outros valores? Estaria esse discurso em consonância com outros discursos que retratam a vida como traição, no mesmo viés ideológico, por exemplo, do poema *Momento Num Café*, de Bandeira?

*Momento num café*  
*Quando o enterro passou*  
*Os homens que se achavam no café*  
*Tiraram o chapéu maquinalmente*  
*Saudavam o morto distraídos*  
*Estavam todos voltados para a vida*  
*Absortos na vida*

*Confiantes na vida.*

*Um no entanto se descobriu num gesto largo e demorado*

*Olhando o esquife longamente*

*Este sabia que a vida é uma agitação feroz e sem finalidade*

*Que a vida é traição*

*E saudava a matéria que passava*

*Liberta para sempre da alma extinta.*

BANDEIRA, Manuel. Momento num café. In: Antologia poética. 7 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974, p.103.

Seria essa uma forma de sensibilização tímica em que o sujeito institui uma equivalência entre os estados de coisas e os estados de alma, reconciliando-se numa dimensão semiótica da existência, justamente porque se percebe em outro veio discursivo que lhe permite verbalizar e mais ainda reintegrar-se no espaço interior? Seria essa uma forma de justificar o desenvolvimento narrativo como segmentações de estado que se definem unicamente por sua transformabilidade?

Essas questões apontam para o que Greimas e Fontanille delimitam como horizonte ôntico, estágio da análise em que cabe “interrogar um conjunto de condições e pré-condições que permitem esboçar uma imagem do sentido anterior e necessária à sua discretização, sem, no entanto, procurar fazer conhecer seus fundamentos ontológicos” (1995: p.17), donde se quer concluir que a análise das unidades frásticas pôde, de fato, impelir a análise semiótica para outras formas de entendimento da questão aspectual, visando à inserção do sujeito como aquele que sofre a ação e age em busca de valores, passando por uma fase de sensibilização tímica, o que também determinaria as escolhas peculiares de cada discurso e não apenas as pressões comunicativas.

Destarte, as seqüências discursivas revelam, no caso da narrativa em questão, por meio de uma falha no eixo em que se desenham as sucessividades – percebidas como em uma marcha – pontos de tensão que permitem resgatar das “bordas por onde escapam” o que se quer reconhecer como *foria*, fator de heterogeneidade que permite

surpreender o sujeito para “aquém do sujeito da enunciação, um substituto perturbador”, como uma outra voz que se elevasse para dizer as coisas de outro modo (cf. GREIMAS e FONTANILLE 1993 p.19), assim como as “correntezas” que se traduzem em *tensividade*, ou seja, o fator suscetível de transcender a instância da enunciação discursiva propriamente dita, que pode ser vertido por conta do imaginário epistemológico, em que ele encontra outras formulações filosóficas ou científicas já conhecidas, surgindo como ‘simulacro tensivo’, um dos postulados que originam o percurso gerativo do sentido” (cf. GREIMAS e FONTANILLE, 1993, p.17-8).

Este estudo, numa menção a Fiorin, espera abrir, assim, um espaço a mais de continuidade no que diz respeito ao estudo da Enunciação e de suas Astúcias.

Recebido em abril de 2002. Versão revisada aceita em dezembro de 2002.

## Referências bibliográficas

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria Semiótica do Texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. *Teoria do Discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.

BARTHES, R., GREIMAS, A.J., BREMOND, C., et ali. *Análise Estrutural da Narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CAMARA Jr, J. Mattoso. *Princípios de Linguística Geral*. 7 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. 3 ed. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_. *As Astúcias da Enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

- FLORES, Roberto. La aspectualidad entre lingüística y semiótica. In: *Fronteiras de la semiótica*. I. Ed. Machiavello, Oscar Quezada (editor). Lima : Peru, 1999.
- GENETTE, Gerard. *Figures III*. Paris : du Seuil, 1992.
- GREIMAS, A. J. *Du Sens: essais sémiotiques*. Paris : du Seuil, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o Sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Du Sens II*. Paris : du Seuil, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Semântica Estrutural*. São Paulo: Cultrix, s.d.
- \_\_\_\_\_, COURTÉS, J. *Sémiotique: Dictionnaire Raisonné de la Théorie du Langage II*. Paris: Hachette, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, s.d.
- \_\_\_\_\_, FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das Paixões: dos estados de coisas aos estados de alma*. São Paulo: Ática, 1993.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2 ed. London, Arnold, 1994.
- HOPPER, Paul J., TRAUOGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge University Press, 1993.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- OLIVEIRA, Ana Cláudia de, LANDOWSKI, Eric. *Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas*. São Paulo: EDUC, 1995.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- PERELMAN, Chaïm, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo:

Cultrix/EDUSP, 1996.

TEIXEIRA, Lúcia. *As cores do discurso: análise do discurso da crítica de arte*. Niterói: EdUFF, 1996.

\_\_\_\_\_. Arrufos na memória, in: Revista da ANPOLL, 2. São Paulo: ANPOLL 1996, p.95-108.

\_\_\_\_\_. A semiótica no espelho, in: Cadernos de Letras, 12. Niterói, Instituto de Letras da UFF, 1996.

## Notas

- 1 O problema está em se atribuir um lugar na semiótica à análise de unidades medianas na qual seja possível examinar o processo de composição destas unidades de maneira que se integrem na totalidade como um complemento do processo de decomposição das totalidades em partes.
- 2 Seleccionada do *corpus* de um estudo realizado pelo Grupo de Estudos de Discurso & Gramática que, a partir de 1996, passou a atuar na Universidade Federal Fluminense.
- 3 Terminologia usada por Halliday (1994, p.231-22) para as orações subordinadas.
- 4 Embora as cláusulas sejam interdependentes e apresentem uma relação de dependência hierárquica em determinado nível, não se justifica o fato de uma ter que ser parte da outra.
- 5 “Continue a fumar esses cigarros, você vai começar a tossir novamente.”
- 6 O analista do discurso perceberá que uma investigação que conclui que um relato se compõe de um cenário, mais um tema, mais uma intriga e mais uma resolução pode não dizer muito para essa investigação.